



Introdução à Reforma Tributária

1. Primeiros passos

1.1. Boas-vindas

1.2. Prof. Fellipe Guerra

1.2.1. Instagram: @prof.fellipeguerra YouTube: Professor Fellipe Guerra

1.2.2. - Contador e Advogado - Membro do GT CFC da RT - Presidente do CRCCE - Pós-Doc em Contabilidade (USP) - Pós-Doc em e-Gov (UFP-PT) - Doutor em CI (UFP-PT) - Presidente da Comissão de Direito Contábil CFOAB e OABCE - Autor e coautor de 15 livros - Sócio Compliance Contadores e Guerra Advogados

1.3. Materiais

1.3.1. Mapa Mental

1.3.2. Planilhas

1.3.3. Slides

1.4. Contextualização

1.4.1. Turbilhão de informações

1.4.2. 2 grupos de profissionais

1.4.2.1. Não vai vingar

1.4.2.1.1. Surgimento do SPED

1.4.2.1.1.1. Dúvidas sobre o projeto

1.4.2.1.1.2. Não vai sair do papel

1.4.2.1.1.3. "Eu não trabalho com SPED"

1.4.2.1.1.4. Reforma Tributária e SPED: Assim como o SPED, a Reforma Tributária parece incerta, mas quem se preparar agora terá vantagens competitivas.

1.4.2.2. Vou me preparar

1.4.2.2.1. Como? Onde?

1.4.2.2.2. Paro de estudar o antigo?

2. Comunidade Guerra

2.1. Mentoria da Reforma Tributária

2.2. Encontros quinzenais ao vivo

2.3. Time de Tributaristas de vários locais do país

2.4. Garanta sua vaga!

Link: <https://professorfellipeguerra.com.br/comunidade-guerra/>

2.5. @prof.fellipeguerra

3. Regulamentação

3.1. Site Ministério da Fazenda

3.1.1. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>

3.2. PLP 68/2024

3.2.1. Câmara dos Deputados

3.2.1.1. Ajuste no texto da redução da alíquota para as atividades intelectuais

3.2.2. Senado Federal

3.2.2.1. Tecnologias

3.2.2.1.1. Split Payment

3.2.2.1.2. Escrituração Fiscal Pré-preenchida

3.2.2.1.2.1. Documentos Fiscais Eletrônicos

3.2.2.1.2.1.1. Art. 44 PLP 68/2024

3.2.2.1.2.1.1.1. LC 199/2023 - Estatuto Nacional de Simplificação das Obrigações Acessórias

3.2.2.1.2.1.1.2. Contribuições do CFC

3.2.2.1.2.1.2. Art. 61 PLP 68/2024

3.2.2.1.2.1.2.1. NT 2024.002 v. 1.0 ENCAT

3.2.2.1.2.1.2.1.1. NF-e e NFC-e

3.2.2.1.2.1.2.1.2. Código de Situação Tributária

3.2.2.1.2.1.2.1.2.1. CST Imposto Seletivo

3.2.2.1.2.1.2.1.2.2. CST IBS e CBS

3.2.2.1.2.1.2.1.3. Notas de Débito e Crédito

3.2.2.1.2.2. Escrituração Contábil Digital (ECD)

3.2.2.1.2.2.1. Art. 86 PLP 68/2024

3.2.2.1.2.2.1.1. Suspensão do IBS e CBS para empresa comercial exportadora

3.2.2.1.2.3. Criação de Obrigações Acessórias

3.2.2.1.2.3.1. Art. 268 PLP 68/2024

3.2.2.1.3. Nota Técnica ENCAT

3.2.2.2. Simples Nacional

3.3. PLP 108/2024

3.3.1. Comitê Gestor do IBS

3.3.2. Contencioso Administrativo

3.3.2.1. E o judicial?

4. O que foi aprovado? ⚔

4.1. Por que precisamos de uma Reforma Tributária?

4.1.1. Sistema oneroso, complexo e ineficiente

4.1.2. Ultrapassado

4.1.3. Insegurança jurídica

4.1.4. Alto custo de conformidade tributária

4.1.5. Linha do Tempo

4.1.5.1. EC 18/1965

4.1.5.1.1. Reformou a constituição de 1946

4.1.5.2. CF 1988

4.1.5.2.1. Fez pequenas modificações no sistema tributário

4.1.5.3. PEC 45/19 e PEC 110/19

4.1.5.3.1. Câmara dos Deputados Senado Federal

4.1.5.4. PEC 45-A/19

4.1.5.4.1. Texto substitutivo

4.1.5.5. EC 132/2023

4.1.5.5.1. Promulgação em 20/12/23

4.1.5.6. PLP 68/2024

4.1.5.6.1. Regulamenta IBS, CBS e IS

4.1.5.6.2. Aprovada na Câmara dos Deputados

4.1.5.6.3. Está em tramitação no Senado Federal

4.1.5.7. PLP 108/2024

4.1.5.7.1. Gestão e Administração do IBS

4.1.5.7.2. Aprovado o texto base na Câmara dos Deputados

4.1.5.7.3. Já chegou no Senado Federal

4.2. O que já está valendo?

4.2.1. EC 132/2023

4.3. Reforma Tributária

4.3.1. IVA Dual

4.3.1.1. CBS e IBS

4.3.1.1.1. PIS e COFINS IPI ICMS e ISS

4.3.1.2. Principais Características

4.3.1.2.1. Base ampla

4.3.1.2.1.1. Incide sobre bens e serviços, tangíveis, intangíveis, importação, produtos digitais etc, com alíquota uniforme e poucas exceções

4.3.1.2.2. Cálculo por fora

4.3.1.2.2.1. O IVA não compõe a sua própria base de cálculo, fim do método "por dentro" dos tributos

4.3.1.2.2.2. R\$ 10.000,00 é por dentro 30% R\$ 7.000,00 produtos R\$ 3.000,00 tributos

4.3.1.2.2.3. Por fora: R\$ 7.000,00 Tributos 30% R\$ 2.100,00 Valor Total R\$ 9.100,00

4.3.1.2.3. Não cumulatividade plena

4.3.1.2.3.1. Direito a crédito do IVA pago na etapa anterior, com exceção de uso e consumo pessoal, isenção e não incidência

4.3.1.2.4. Recolhimento no destino

4.3.1.2.4.1. Cobrança do imposto no local de destino

4.3.1.3. IBS

4.3.1.3.1. Imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios

4.3.1.3.1.1. Art. 156-A. Lei Complementar.

4.3.1.3.1.1.1. Neutralidade

4.3.1.3.2. Base de incidência ampla

4.3.1.3.2.1. Todos os bens e serviços, inclusive os intangíveis ou imateriais (ex: aplicativos), inclusive importações

4.3.1.3.2.2. Não incidirá sobre exportações, assegurados ao exportador a manutenção e aproveitamento dos créditos

4.3.1.3.2.3. Legislação única e uniforme em todo território nacional

4.3.1.3.2.4. Cada ente federativo fixará sua alíquota própria em lei específica

4.3.1.3.2.4.1. Cada ente nacional terá autonomia para fixar sua própria alíquota, dentro dos limites da Lei Complementar.

4.3.1.3.2.4.2. A alíquota do Município do destino será somada a do Estado de destino, com vistas à aplicação do princípio do destino.

4.3.1.3.2.5. Será não cumulativo e por fora

4.3.1.3.2.5.1. Adota integralmente a não cumulatividade e não fará parte da sua própria base de cálculo.

4.3.1.3.2.6. Não será objeto de concessão de incentivos e benefícios fiscais

4.3.1.3.2.6.1. Visa acabar com a Guerra Fiscal

4.3.1.3.3. Caberá a Lei Complementar

4.3.1.3.3.1. Regras de cálculo, cobrança e distribuição da arrecadação do IBS

4.3.1.3.3.1.1. PLP 108/2024

4.3.1.3.3.2. Art. 156-A, §5º, II

4.3.1.3.3.2.1. Condiciona o aproveitamento do crédito do IBS à verificação do efetivo recolhimento do imposto que originou o crédito. Os tributos serão recolhidos no momento da emissão da fatura (NF), antes do pagamento, pelo regime de competência. Necessidade de ferramenta tecnológica que comunique ao adquirente o eventual inadimplemento. Abertura para uso do Split Payment

4.3.1.3.3.3. Créditos acumulados

4.3.1.3.3.3.1. Todos os créditos que não forem compensados serão ressarcidos, segundo forma e prazo fixados em Lei Complementar

4.3.1.3.3.4. Hipóteses de cashback

4.3.1.3.3.5. Processo administrativo fiscal

4.3.1.3.3.5.1. PLP 108/24

4.3.1.3.3.6. Obrigações acessórias

4.3.1.3.3.6.1. Simplificação

4.3.1.3.3.6.1.1. LC 199/23

4.3.1.3.3.6.1.2. Pré-Escrituração

4.3.1.3.3.7. Regimes Específicos

4.3.1.3.3.7.1. Art. 156-A. §6º, I a VI

4.3.1.3.3.8. Isenção e Imunidade

4.3.1.3.3.8.1. Art. 156-A. §7º

4.3.1.3.4. Comitê Gestor do IBS - Competência Administrativas

4.3.1.3.4.1. I - Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação do imposto

4.3.1.3.4.2. II - Arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação

4.3.1.3.4.3. III - Decidir o contencioso administrativo. C/C §5º, VII

4.3.1.4. CBS

4.3.1.4.1. Contribuição sobre Bens e Serviços

4.3.1.4.1.1. Art. 195, V. Lei Complementar.

4.3.1.4.1.2. Aplica-se à CBS as mesmas diretrizes e regras gerais do IBS

4.3.1.4.1.2.1. Cobrança por fora, sem integrar a base de cálculo

4.3.1.4.1.2.2. Base ampla de incidência

4.3.1.4.1.2.3. Legislação única

4.3.1.4.1.2.4. Não cumulatividade plena

4.3.1.4.1.2.5. Proibição de benefícios fiscais

4.3.1.4.1.2.6. Regimes específicos

4.3.2. Imposto Seletivo

4.3.2.1. Competência da União e possui função extrafiscal. Seu objetivo é desestimular a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

4.3.2.2. Características

4.3.2.2.1. Não incidirá sobre exportações

4.3.2.2.2. Incidirá sobre armas e munições, exceto quando destinadas à administração pública

4.3.2.2.3. Incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço

4.3.2.2.3.1. Monofásico

4.3.2.2.4. Não integrará sua própria base de cálculo "será por fora"

4.3.2.2.5. Integrará a base de cálculo do ICMS, ISS, IBS e CBS

4.3.2.2.6. Poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos

4.3.2.2.6.1. Verificar Art. 154, I

4.3.2.2.7. Terá suas alíquotas fixadas por lei ordinária

4.3.3. Contribuição Estadual

4.3.3.1. Os Estados que possuíam, em 30/04/23, fundos destinados a investimentos em obras de infraestrutura e habitação e financiados por contribuições sobre produtos primários e semielaborados estabelecidas como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relativos ao ICMS, poderão instituir contribuições semelhantes, não vinculadas ao referido imposto.

4.3.3.2. Alíquota ou percentual de contribuição não poderão ser superiores aos vigentes em 30/04/23

4.3.3.2.1. A criação da nova contribuição implica em extinção da antiga

4.3.3.2.2. A destinação da receita deverá ser a mesma da anterior

4.3.3.2.3. A nova contribuição deverá ser extinta em 31/12/43

4.3.4. Alíquotas e Regimes Diferenciados

4.3.4.1. Alíquotas

4.3.4.1.1. Alíquota padrão

4.3.4.1.2. Redução de 30%

4.3.4.1.2.1. Prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional

4.3.4.1.3. Redução de 60%

4.3.4.1.3.1. 1. Serviços de educação

4.3.4.1.3.2. 2. Serviços de saúde

4.3.4.1.3.3. 3. Dispositivos médicos

4.3.4.1.3.4. 4. Dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência

4.3.4.1.3.5. 5. Medicamentos

4.3.4.1.3.6. 6. Produtos de cuidados básicos à saúde menstrual

4.3.4.1.3.7. 7. Serviços de transporte público coletivo de passageiros rodoviário e metroviário de caráter urbano, semiurbano e metropolitano

4.3.4.1.3.8. 8. Alimentos destinados ao consumo humano

4.3.4.1.3.9. 9. Produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda

4.3.4.1.3.10. 10. Produtos agropecuários, aquículas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura

4.3.4.1.3.11. 11. Insumos agropecuários e aquícolas

4.3.4.1.3.12. 12. Produções artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas e comunicação institucional

4.3.4.1.3.13. 13. Bens e serviços relacionados a soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética

4.3.4.1.4. Redução de 100%

4.3.4.1.4.1. 1. Produto hortícola, frutas e ovos

4.3.4.1.4.2. 2. Serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação sem fins lucrativos

4.3.4.1.4.3. 3. Automóveis de passageiros

4.3.4.1.4.3.1. Pessoas com deficiência e autistas

4.3.4.1.4.3.2. Motoristas profissionais para táxi

4.3.4.1.4.4. 4. Serviços de educação de ensino superior no PROUNI

4.3.4.1.4.4.1. Apenas CBS

4.3.4.1.4.5. 5. Atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística

4.3.4.2. Crédito Presumido

4.3.4.2.1. Serviços de transporte autônomo de carga pessoa física que não seja contribuinte do imposto, nos termos da lei complementar

4.3.4.2.2. Resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, reutilização ou logística reversa, de pessoa física, cooperativa ou outra forma de organização popular

4.3.4.2.3. Adquirente de bens e serviços de produtor rural pessoa física ou jurídica que não opte por ser contribuinte de IBS e CBS

4.3.4.2.3.1. Produtor rural pessoa física ou jurídica com receita anual inferior a 3,6 (milhões) atualizada anualmente pelo IPCA, poderá optar por ser contribuinte

4.3.4.3. Cesta Básica Nacional

4.3.4.3.1. Alíquota zero. Lei Complementar definirá os produtos destinados a alimentação humana, considerando a diversidade regional e cultural da alimentação

4.3.4.3.1.1. PLP 68/2024

4.3.4.4. Regimes Específicos

4.3.4.4.1. Destinado a alguns serviços e produtos que possuem peculiaridades que dificultam a apuração tradicional do IVA

4.3.4.4.1.1. Tudo será definido por Lei Complementar

4.3.4.4.2. 1. Combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja sua finalidade

4.3.4.4.2.1. Alíquotas uniformes em todo território nacional

4.3.4.4.2.2. Vedada a apropriação de créditos em relação as aquisições destinadas a distribuição, comercialização ou revenda

4.3.4.4.3. 2. Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos

4.3.4.4.3.1. Podendo prever alterações nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo

4.3.4.4.3.2. Incidirá sobre a receita ou faturamento, com alíquota uniforme em todo território nacional

4.3.4.4.4. 3. Sociedades cooperativas

4.3.4.4.4.1. Optativo

4.3.4.4.4.1.1. Hipóteses de não incidência entre a cooperativa e seus associados

4.3.4.4.4.1.2. Aproveitamento do crédito

4.3.4.4.5. 4. Serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, agências de viagens e de turismo, bares e restaurantes, atividades esportivas SAF, aviação regional

4.3.4.5. Isenção e Imunidade

4.3.4.5.1. Não implicará em crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes

4.3.4.5.2. Acarreta anulação do crédito relativo as operações anteriores

4.3.4.6. Regimes Favorecidos

4.3.4.6.1. ZFM e ALC

4.3.4.6.1.1. IPI será mantido no perímetro incentivado, através da incidência sobre bens industrializados

4.3.4.7. Observação

4.3.4.7.1. Os regimes diferenciados serão submetidos a avaliação quinquenal de custo-benefício, podendo a lei fixar regimes de transição para a alíquota padrão

4.3.4.7.1.1. A avaliação deverá examinar o impacto na promoção da igualdade entre homens e mulheres

4.3.5. Simples Nacional

4.3.5.1. Art.146, "d".

4.3.5.1.1. Insere o IBS e CBS no escopo do Simples Nacional

4.3.5.1.2. É facultado ao optante pelo regime único, apurar e recolher IBS e CBS por dentro do Simples Nacional

4.3.5.1.2.1. Opção A: Apurar e Recolher dentro do Simples Nacional

4.3.5.1.2.1.1. Não é permitida a apropriação e crédito de IBS e CBS

4.3.5.1.2.1.2. É permitida apropriação de créditos pelo adquirente não optante em montante equivalente ao cobrado no Simples Nacional

4.3.5.1.2.1.3. CASO PRÁTICO

4.3.5.1.2.2. Opção B: Apurar e Recolher fora do Simples Nacional

4.3.5.1.2.2.1. Poderá tomar e transferir créditos nas suas operações comerciais

4.3.6. Benefícios Fiscais do ICMS

4.3.6.1. Os benefícios e incentivos fiscais do ICMS, convalidados conforme a Lei Complementar nº 160/2017 estão mantidos até 2032

4.3.6.1.1. Porém serão reduzidos em 10% ao ano de 2029 a 2032

4.3.6.1.2. Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais do ICMS - FCBF

4.3.7. Transição

4.3.7.1. 2026

4.3.7.1.1. IBS 0,1%

4.3.7.1.2. CBS 0,9%

4.3.7.1.3. O montante recolhido será compensado com PIS e COFINS

4.3.7.1.3.1. Caso o contribuinte não possua débitos suficientes o valor recolhido será compensado com qualquer outro tributo federal ou ressarcido em até 60 dias mediante requerimento

4.3.7.2. 2027

4.3.7.2.1. CBS e IS

4.3.7.2.2. Extinção de PIS e COFINS

4.3.7.2.3. IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto em relação a produtos industrializados na ZFM e ALC

4.3.7.2.3.1. IPI não incidirá de forma cumulativa com o IS

4.3.7.3. 2029 a 2032

4.3.7.3.1. Redução das Alíquotas de ICMS e ISSQN - 10% ao ano

4.3.7.3.2. Os benefícios e incentivos fiscais reduzidos na mesma proporção

4.3.7.3.3. Gradativamente aumenta o IBS

4.3.7.4. 2033

4.3.7.4.1. Extinção de ICMS e ISS

4.3.8. Demais tributos

4.3.8.1. IPVA

4.3.8.1.1. As alíquotas poderão variar conforme o valor e o impacto ambiental do veículo (além da função e utilização)

4.3.8.1.2. Incidirá também sobre veículos aquíáticos e aéreos

4.3.8.2. ITCMD

4.3.8.2.1. Estabelece a progressividade na cobrança que deverá ser proporcional ao valor da herança ou doação.

4.3.8.2.2. Distribuição desproporcional de lucros (fato gerador)

4.3.8.2.2.1. PLP 108/2024

4.3.8.3. IPTU

4.3.8.3.1. Autoriza que o Poder Executivo altere a base de cálculo do IPTU com base em critérios estabelecidos pela lei municipal

5. Prática ✖

5.1. Simples Nacional

5.2. Presumido e Real